- Porque o Programa de Regularização Ambiental foi criado?

R: O Programa de Regularização Ambiental (PRA) foi criado para atender a necessidade de promover ações a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais visando adequação dos imóveis rurais à legislação ambiental.

- Qual a finalidade do Programa?

R: A finalidade do PRA é promover a regularização do passivo ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) dos imóveis rurais identificadas através do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

- Como funciona?

R: O Proprietário ou posseiro de imóvel rural inscrito, que no CAR possua passivo ambiental, poderá fazer a adesão ao PRA e assinar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com a obrigação de manter, recuperar ou recompor as áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito do imóvel rural, ou ainda de compensar áreas de reserva legal.

- Como aderir ao PRA?

R: Para aderir ao PRA, o imóvel rural precisa estar inscrito no CAR. Após isso, o proprietário ou posseiro rural poderá solicitar a adesão ao PRA no protocolo da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) para análise. A solicitação deve ser de forma física, até a disponibilização de sistema eletrônico específico, observando os termos da Instrução Normativa nº 01 de 15 de Fevereiro de 2016 que dispõe sobre os procedimentos e critérios para adesão ao Programa.

- Quais os benefícios do Programa para o produtor?

R: A adesão ao PRA permite a possibilidade de regularização das APPs e/ou Reserva Legal com vegetação natural suprimida ou alterada até 22 de julho de 2008 no imóvel rural, sem autuação por infração administrativa ou crime ambiental e Suspensão de sanções aplicadas em função das infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APP e Reserva Legal cometidas até 22 de julho de 2008.

- Todos que possuem áreas degradadas podem aderir?

R: Sim, todos os proprietários e posseiros rurais que possuem passivo ambiental nas áreas de preservação permanente e reserva legal podem aderir ao PRA.

- Há pagamento de alguma taxa para adesão ao Programa?

R: Sim, todos os proprietários ou posseiros rurais que possuem passivo ambiental nas áreas de preservação permanente e reserva legal podem aderir ao PRA.

- Quais os documentos necessários?

São Exigidos os documentos pessoais do proprietário ou posseiro rural, documentos do imóvel rural, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas

(Prada), além de outros documentos exigidos nos termos do art. 3º da Instrução Normativa nº 01 de 15 de fevereiro de 2016.

- Como funciona a compensação?

R: A regularização do passivo de Reserva Legal poderá se dar por meio de compensação, através do arrendamento de outro imóvel rural que possua excedente de vegetação na área de reserva legal. Para obter mais detalhes deve-se observar também o disposto no Decreto Estadual 1379/2015 e na Instrução Normativa nº 01/2016.

- O que o PRA oferece ao Estado?

R: O PRA permite trazer todos os imóveis rurais com passivo para a regularidade ambiental, permite o acompanhamento do processo de regularização ambiental, além de garantir segurança jurídica aos proprietários e posseiros rurais no exercício de suas atividades.

Fonte: SEMAS.